

O Português na Casa do Mundo, Hoje

Coordenação Henrique Barroso

DE TODAS AS LÍNGUAS SE PODE VER O MAR:
O PORTUGUÊS E AS LÍNGUAS GLOBAIS

José Teixeira

CAPÍTULO VI

De todas as línguas se pode ver o mar: O Português e as línguas globais

JOSÉ TEIXEIRA

CEHUM - UNIV MINHO

jsteixeira@ilch.uminho.pt

citação:

Teixeira, José (2018). “De todas as línguas se pode ver o mar: O Português e as línguas globais”, in Barroso, Henrique (2018). *O Português na Casa do Mundo, Hoje*. Editora Húmus.

Abstract: A number of clichés about the Portuguese language are frequently repeated without any idea of what they truly mean. Quotations like “my homeland is the Portuguese language”, and “from my language one can see the sea” are often used out of the context and without the intentions they had been originally produced with, and statements about Portuguese as a global, international and pluricentric language frequently mix facts with ungrounded idealizations. These “half truths” may be innocuous in free and poetic contexts, but they may become inconvenient in language policy scenarios.

This text aims at demystifying some of these clichés and reflecting upon the aspects that must be considered fundamental for Portuguese as a pluricentric language.

Keywords: Portuguese language; international languages; pluricentric languages; linguistic myths.

1. Crenças míticas sobre as línguas

As línguas são hoje, como tudo, realidades sujeitas aos fenômenos da anulação das distâncias comunicativas. E talvez seja significativo que não apenas a antiga imensidão do Mundo tenha sido ultimamente reduzido a uma “Aldeia Global”, mas que até esta já sofra tensões para uma redução ainda maior. O Mundo já nem sequer nos parece ser uma Aldeia (inteira) mas apenas uma única “Casa”, como propõe o título deste volume.

A temática é vital para a língua portuguesa que pretende disputar um lugar e saber qual o seu espaço entre as línguas desta Aldeia ou desta Casa a que chamavam Mundo. Talvez por isso, nos últimos tempos, não deve ter passado ano nenhum em que não tenha havido vários colóquios e encontros sobre este tema. E, sem querer parecer ter dotes de adivinho, até apostaria que temáticas como “o português, língua internacional”, “o português pluricêntrico” fizeram o coração do debate e não faltaram belas chaves de ouro nos discursos finais com a confissão partilhada com Fernando Pessoa de que “minha pátria é a língua portuguesa” alternada com a de Vergílio Ferreira de que “da minha língua vê-se o mar.”

A recorrência do debate não é, por si, má; antes pelo contrário. Como o tema é vital para a língua portuguesa, convém tê-lo bem presente e sempre vivo. No entanto, é cair em erro pensar que defender o português e o seu lugar no mundo passa por repetir lugares comuns ou autoelogios à real ou suposta internacionalização da língua. Ora como diziam os latinos, *Ab assuetis non fit passio*: aquilo que se banaliza não desperta interesse ou paixão. E nesta temática da língua portuguesa, há algumas frases e afirmações supostamente engrandecedoras que, de tão repetidas e mal contextualizadas, adormecem inquietações que urge ter presentes, e os supostos louvores à língua acabam por ser prejudiciais àquilo que a todos nos interessa: promover o português como uma língua de prestígio, como língua atrativa e de conquista para novos falantes desta casa que é o mundo.

A defesa da língua portuguesa não pode passar por entoar uma série de loas e meias verdades, frequentemente aceites e repetidas acriticamente, sobre ser uma das línguas mais

internacionais ou ser uma língua “especial” dentro das línguas do mundo. Não se defende o prestígio do português com meias verdades ou certas inverdades e inexatidões: “Amicus Plato sed magis amica veritas”^[1]. Perdoe-se, por isso, o papel de advogado do diabo, porque não tem faltado quem endeusando a atual situação da língua portuguesa queira advogar uma língua por vezes miticamente quase divinizada.

É que há slogans sobre as línguas que parecem tão bonitos que é difícil resistir a enxertá-los em discursos de ocasião. Mas então, pode argumentar-se, não é defender a língua assumir que “minha pátria é a língua portuguesa” e dar-lhe poeticidade afirmando que “da minha língua vê-se o mar”? Não é promover o português defendendo que ele é uma língua global, internacional e policêntrica?

Se não se pode dizer que afirmações como estas sejam mentiras, também não se pode dizer que correspondam completamente à verdade. Ora o serem “meias verdades” pode ser inócua em contextos livres e poéticos, mas pode ser pouco operativo em contextos em que se quer rigor e verdade. Como diz Millôr Fernandes, “o perigo de uma meia verdade é você dizer exatamente a metade que é mentira”.

Onésimo Almeida tem chamado a atenção para (parafra-seando um dos seus títulos) a “obsessão da portugalidade”^[2] que leva a um glosar exagerado de frases deste género sobre a língua:

Em primeiro lugar, convenhamos: é bela aquela frase de Vergílio Ferreira dirigindo-se a centro-europeus na Europália, que teve lugar na Bélgica [1988]: «Da minha língua vê-se o mar.» E quem não tem ouvido, *ad nauseam*, glosas em série à decantada frase de Bernardo Soares, «*A minha pátria é a língua portuguesa*»? Tem gerado ao longo dos anos uma ladainha coletiva e eufórica de loas a esta língua de Camões e Pessoa, de Eça e de Saramago, em coro cantada pelas sete partidas dos países da comunidade lusófona (embora quase todas em Portugal e por portugueses), a que muitos, distraidamente quase, chamam lusíada (Almeida 2016: 138)

1 “Platão é amigo, mas a verdade é mais amiga”, frase atribuída a Aristóteles.

2 Ver Almeida 2017.

Ora embora se possa entrever um alicerce de aceitabilidade nestas e noutras frases semelhantes tidas como muito patrióticas, sobre este alicerce são, por vezes, construídas paredes pouco sólidas, sobretudo porque se ancoram em meias verdades intercaladas com mitos pré-científicos sobre as línguas. Permita-se que se elenquem alguns desses mitos que subjazem a várias das tais frases aparentemente encomiásticas sobre o português:

mito 1: cada língua implica uma visão diferente sobre o mundo (Tese Sapir-Whorf, versão forte)^[3];

mito 2: consequência: cada língua liga-se especificamente a uma cultura e a um povo;

mito 3: por isso, cada língua é especial e possui valências únicas: a língua do amor (francês), a língua da música (italiano); a língua da filosofia (alemão); a língua da tecnologia (inglês)...;

mito 4: a “pureza da linguagem” (sic) é característica importante a defender porque a língua pode ser corrompida: estrangeirismos, sotaques, quando falada por pessoas “menos cultas”, quando falada em zonas afastadas do local onde se formou;

mito 5: A língua assenta na sua dimensão escrita (“Uma palavra é um conjunto de letras”): alterar a escrita é alterar/corromper/destruir a língua.

Estes conceitos pré-científicos nem sempre são assumidos, porque a comunidade não tem deles consciência explícita. Possuem, no entanto, uma grande força no imaginário coletivo das sociedades e são verificáveis em afirmações muito frequentes da “especificidade” da língua que a comunidade fala comparativamente com outras línguas (por exemplo, a famosa afirmação que temos uma palavra intraduzível, “saudade”) ou ganham visibilidade quando se gritam os “ataques à língua” como é entendida qualquer alteração ortográfica. Estes pré-conceitos são frequentemente acionados por interesses ideológicos e políticos porque “tocam fundo” no imaginário coletivo sobre língua, sobre o grupo social e sobre a(s) comunidade(s).

3 Ver Onésimo Almeida (Almeida 2005) sobre a incongruência da aceitação da versão forte da chamada hipótese Sapir-Whorf.

Em línguas de poucos milhares de falantes, limitadas a uma região geográfica, eles são mais ou menos inofensivos, porque não envolvem questões de política linguística internacional. Mas em línguas de muitos falantes, globalmente dispersas, faladas em estados politicamente independentes podem acarretar incómodos e problemas de diplomacia linguística.

2. Os mitos da identificação entre língua e “pátria”

“Minha pátria é a língua portuguesa” é talvez o mais repetido de todos os chavões pseudolaudatórios do português.

Haverá provavelmente poucas frases de Pessoa tão citadas como essa do heterónimo Bernardo Soares. Servido tem ela de glosa e enfeite em tanto discurso político, como usada tem sido nos mais díspares contextos, o que aliás vem acontecendo com o seu próprio autor. Não raro também foi argumento delirante para a superioridade poética da língua portuguesa que um génio como Pessoa bem cedo na sua vida teria conseguido discernir. (Almeida 1987:37)

Frequentemente mal citado do original de Fernando Pessoa/Bernardo Soares (citado como “**A** minha pátria” ou mesmo adulterado “**A** minha pátria é a **minha língua**”), o seu enorme sucesso deve-se ao facto de assentar numa expressão metafórico-metonímica⁴ que permite assumir os principais mitos atrás indicados: (1) a língua portuguesa liga-se especificamente a uma cultura e a um povo (Portugal) e (2) por isso, a língua portuguesa possui valências únicas, (3) deve ser defendida das “impurezas” e (4) da invasões de palavras estrangeiras. É interessante, a este respeito, reparar que a frase “Minha patria é a lingua portuguesa” é imediatamente seguida pela afirmação “Nada me pesaria que invadissem ou tomassem Portugal, desde que não me incomodassem pessoalmente”. A ideia de indiferença e pouca importância dada à invasão do território

4 Talvez mais metonímico que metafórico, já que assenta na identificação de uma parte (a língua) pelo todo (a pátria).

não surge aqui por acaso, mas porque ela contrapõe-se à ideia da importância de não aceitar a “invasão da língua”. Ou seja: o principal implícito da frase é “não me importo que invadam Portugal, desde que não invadam a língua portuguesa, porque a minha verdadeira pátria não é o território, é a língua.”

E que “língua” é esta que Pessoa não quer ver invadida e que invasor potencial é esse? Embora na frase o sintagma “língua portuguesa” costume ser interpretado como tendo por referente a língua portuguesa globalmente considerada, a língua que os portugueses falam e usam, não é nitidamente este o sentido de “língua portuguesa identificada com pátria” para Pessoa: a *sua* língua portuguesa, a *sua* pátria, não é a língua na sua identidade total, mas antes uma forma específica de escrever a língua, que é a grafia da língua que o autor usa. Portanto, o sentido da frase de Pessoa não é “minha pátria é (toda) a língua portuguesa”, mas antes “minha pátria é (a forma que eu uso para escrever) a língua portuguesa”. Basta ler as afirmações seguintes onde Pessoa/Bernardo Soares explana explicitamente o que entende pela *sua* língua portuguesa:

odeio, com odio verdadeiro, com o unico odio que sinto, não quem escreve mal portuguez, não quem não sabe syntaxe, não quem escreve em orthographia simplificada, mas a pagina mal escripta, como pessoa própria, a syntaxe errada, como gente em que se bata, a orthographia sem ípsilon, como escarro directo que me enoja independentemente de quem o cuspiisse.

Sim, porque a orthographia também é gente. A palavra é completa vista e ouvida. E a gala da transliteração greco-romana veste-m’a do seu vero manto régio, pelo qual é senhora e rainha.» (Bernardo Soares, *Livro do Desassossego*, Vol. 1, p.16-17).

Até que ponto é lícito e benéfico alterar (melhor, deturpar) o sentido que Pessoa quis que a afirmação possuísse? A citação costuma aparecer em contextos completamente divergentes do valor original com que foi produzida. Melhor: costuma ser usada para justificar precisamente o contrário da finalidade com que foi escrita por Pessoa. Ele usou a citação para defender como pátria a forma ortográfica que ele conhecia e

odiar “com ódio verdadeiro [...] a orthographia simplificada, [...] a “orthographia sem ípsilon”; no entanto, nos últimos anos, esta mesma citação tem sido muitas vezes usada para defender o sistema de escrita pré Acordo Ortográfico 1990, ou seja, nas palavras de Pessoa, a tal “orthographia simplificada, [...] a “orthographia sem ípsilon” que ele considerava “escarro directo que [o] enoja[va] independentemente de quem o cuspiisse”.

Lamento muito poder ser motivo de desilusão (como outros já antes o fizeram, este crime não é originalidade minha) trazer à luz o verdadeiro contexto e sentido que Pessoa/Bernardo Soares quis colocar na identificação entre a sua língua e a sua pátria. E se é sempre perigoso e incorreto identificar língua e pátria, mito muito enraizado entre nós, então a identificação a partir desta citação pessoana é verdadeiramente obtusa e descontextualizada. Estou convencido que, embora tantas vezes seja feita, não é por querer deturpar o sentido com que foi produzida, mas apenas por desconhecimento e porque ao identificar pátria e língua parece que se está a defender a língua, elevando-a até aos patamares do sagrado.

É por isso que quem estiver mesmo interessado em perceber o que Pessoa quis dizer sofre uma grande decepção ao ver o que realmente a citação refere. É sintomático este desabafo encontrado no Ciberdúvidas, conhecido sítio sobre questões da língua portuguesa:

«Minha pátria é a língua portuguesa.» Sempre gostei muito desta frase. É verdade, porém, que, ao ler o contexto em que Fernando Pessoa a escreveu, uma grande desilusão, em relação ao poeta, trespassou o meu coração.^[5]

Na verdade, se quem muito usa esta citação pessoana (normalmente quem se acha um defensor da tradição e purismo linguístico) quisesse mesmo saber em que é que ela consiste e não tanto o que parece que significa, a desilusão e o trespassamento do coração começariam logo ao verificar que Pessoa não escreve

5 <https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/correio/minha-patria-e-a-lingua-portuguesa/23183>

como escrevemos hoje, quer sigamos o último acordo ou não. “Pátria” e “língua” aparecem sem acento; “portuguez” é escrito com z, mas “portuguesa” com s. Por isso, para os puristas que pensam que a única forma lógica de escrever em português é a que conhecem pré AO 1990, a escrita de Pessoa está cheia de “erros”:

«Não tenho sentimento nenhum político ou social. Tenho, porém, num sentido, um alto sentimento patriótico. Minha pátria é a língua portuguesa. Nada me pesaria que invadissem ou tomassem Portugal, desde que não me incomodassem pessoalmente. Mas odeio, com ódio verdadeiro, com o único ódio que sinto, não quem escreve mal português, não quem não sabe syntaxe, não quem escreve em ortografía simplificada, mas a página mal escrita, como pessoa própria, a syntaxe errada, como gente em que se bata, a ortografía sem ípsilon, como escarro directo que me enjoa independentemente de quem o cuspiisse.

Sim, porque a ortografía também é gente. A palavra é completa vista e ouvida. E a gala da transliteração greco-romana veste-m^{ta} do seu vero manto régio, pelo qual é senhora e rainha.» . (Bernardo Soares, *Livro do Desassossego*)

Tal como muitos defensores intransigentes da antiga forma ortográfica pré AO 1990 confundem língua e escrita da língua, também Pessoa o faz. E são estes “erros”, é esta “orthographia” que Pessoa identifica com pátria e não a língua na sua globalidade.

Por todas as razões apontadas (mas sobretudo pela identificação entre língua e pátria) a frase pessoana tem tido várias complementaridades e contraposições

Foi isso que Mia Couto captou maravilhosamente ao parafrasear Bernardo Soares: «A minha pátria é a *minha* língua portuguesa.» No caso dele, é o português de Moçambique. Noutros, será o do Brasil, de Cabo Verde, ou dos Açores. (Almeida 2016: 137)

Arnaldo Saraiva resume os contrapontos que a tão citada passagem pessoana tem levantado:

A frase do *Livro do Desassossego* já originou inúmeras citações ou adaptações, até de não-portugueses como o espanhol Javier Marías, o catalão Jorge Semprun, o suíço Michel Moret; e tem sido estudada, comentada, ampliada, contrariada por ensaístas (com destaque para Eduardo Lourenço e, há pouco, Osvaldo Silvestre), poetas ou prosadores. Entre eles, posso referir, a título de exemplo, Jose Saramago, que disse que a língua portuguesa é uma língua de várias pátrias; ou Eduardo Lourenço, que disse o mesmo e acrescentou: “uma língua não o é de ninguém, mas nós não somos ninguém sem uma língua que fazemos nossa”; ou Jorge de Sena, que disse: “a Pátria de que escrevo é a língua em que por acaso de gerações nasci”; ou Maria Gabriela Llansol, que disse: “o meu país não é a minha língua, mas levá-la-ei para aquele que encontrar”; ou Eduardo Prado Coelho, que disse: “A nossa pátria só será a língua portuguesa se for mais do que a língua”; ou o moçambicano Mia Couto, que disse: “a minha pátria é a minha língua portuguesa”; ou o brasileiro Ledo Ivo, que disse: “Minha pátria não é a língua portuguesa. Nenhuma língua é a pátria. Minha pátria é a terra mole e peganhenta onde nasci”; ou o brasileiro Caetano Veloso, que disse: “A língua é a minha pátria / E eu não tenho pátria, tenho mátria / E quero frátria”. (Saraiva 2010:21-22)

Outro aparentemente bom *slogan* para a língua portuguesa (e por parecer bom é que é tantas vezes usado) é retirado de um muito belo e poético texto de Vergílio Ferreira, «A Voz do Mar», lido pelo autor em 1991, na cerimónia em que lhe foi atribuído o Prémio Europália: “Da minha língua vê-se o mar.”

Uma língua é o lugar donde se vê o mundo e de ser nela pensamento e sensibilidade. Da minha língua vê-se o mar. Na minha língua ouve-se o seu rumor como na de outros se ouvirá o da floresta ou o silêncio do deserto. Por isso a voz do mar foi em nós a da nossa inquietação. Assim o apelo que vinha dele foi o apelo que ia de nós. (Vergílio Ferreira, “A voz do Mar”).

A beleza da sua poeticidade, no entanto, não disfarça o porquê de ela ser tão agradável para os portugueses quando a citam. Primeiro, porque permite fazer uma apropriação individual da

língua: é “a minha língua”, ou seja, a língua é minha (pelo menos um pouco) e não “a nossa língua” e ainda menos “Da língua que portugueses, brasileiros, angolanos, cabo-verdianos, moçambicanos, são-tomenses... falam vê-se o mar”. Nitidamente que a frase assim não nos agradaria tanto...

Aliás, nem é esse o sentido nem a contextualização da frase. Ela recupera nitidamente alguns dos mitos habituais já indicados. O mais evidente é mito (2) de que cada língua se liga especificamente a uma cultura e a um povo, assentando isto no mito (1) de que cada língua implica uma visão diferente sobre o mundo. Daqui decorre o acionamento do indicado como mito 3, de que o português é uma língua especial e possui valências únicas, uma das quais é a suposta relação especial com o mar. A língua é identificada com a história do país, melhor, com a visão que uma determinada elite tem da história do país, visão essa não partilhada, por exemplo, por quem sempre viveu nas montanhas do interior e nunca teve escolaridade suficiente para conhecer os históricos feitos marítimos. Neste sentido, da língua portuguesa da minha avó não se via o mar.

Aliás o carácter identificativo entre língua-país-alma nacional é recorrente na contextualização desta passagem. O seu sucesso (perdoem-me a crueldade) deve-se precisamente a isso, porque assimila ao nível mais profundo o mito da hipótese de Sapir-Whorf de há um século que defende a estreita relação entre aquelas três vertentes. Confirme-se no contexto:

com a língua portuguesa realizámos **[nós, os portugueses]** oito séculos de uma bela literatura, deixando nela a memória do que foi fundamental para a modernidade europeia. [...]. **A alma do meu país** teve o tamanho do mundo. Estamos celebrando a **gesta dos portugueses** nos seus descobrimentos. Será decerto a altura de a Europa celebrar também o que deles **[descobrimientos dos portugueses]** projectou na extraordinária revolução da sua cultura. Uma língua é o lugar donde se vê o mundo e de ser nela pensamento e sensibilidade. Da minha língua vê-se o mar. (Vergílio Ferreira, “A voz do Mar”.)

Esta visão que assenta na equivalência língua-país-alma nacional ajuda a suportar a ideia de que os habitantes do país

da língua têm direitos especiais de posse sobre ela. A língua é vista apenas na diacronia, como um objeto que se deu a quem nada tinha. Não é vista na sua realidade sincrónica: o português de quem o tem hoje como língua materna foi dado aos portugueses pelos portugueses, aos brasileiros pelos brasileiros, aos angolanos pelos angolanos. A infeliz história sobre as tentativas de uma ortografia comum para o português, desde 1911, demonstra bem a existência e as consequências dessa ideia de o país de origem ter direitos especiais sobre a língua. E essa ideia não é apenas dos tempos idos ou de pessoas menos cultas, como o comprovam variadíssimos episódios caricatos como o da resposta de José Saramago a um estudante brasileiro que em público lhe disse não compreender bem o seu sotaque (“A língua é minha, o sotaque é seu”, respondeu Saramago).^[6]

Como muito bem, a este propósito, refere Onésimo Almeida,

A língua é mais um reflexo, ou espelho, do que coletivamente somos, do que o inverso. Noutras palavras, não somos o que somos por causa da língua que falamos, e a nossa língua não é melhor do que as outras naquilo em que não formos melhores do que os outros. (Almeida 2016:136)

Claro que a citação de Vergílio Ferreira é uma bela declaração de amor à língua portuguesa. Mas as declarações de amor têm o seu contexto, não devem ser usadas a torto e a direito e, sobretudo, devem ser usadas apenas com a pessoa certa. Até porque, como já atrás foi referido e ilustra Mia Couto sobre o

6 A prova de que é “normal” entre os portugueses achar que a língua é nossa e os outros a falam de uma forma menos perfeita (“com sotaque”) é comprovada mesmo entre o pessoal diplomático, como candidamente confessa o embaixador Francisco Seixas da Costa no seu próprio blogue: “Uma amiga brasileira perguntou-me, há dias, se eu achava que existia um “sotaque português”. Fiquei um pouco surpreendido com a pergunta [...] Um sotaque é uma variante de pronúncia face àquilo que cada um de nós considera ser a norma. Para um português, a forma como os brasileiros falam a língua é, obviamente, um sotaque: o sotaque brasileiro. [...] fiquei muito surpreendido pelo facto de ouvir falar no meu “sotaque português” [...]. Demorou algum tempo até eu me habituar a este conceito, que achei inicialmente muito estranho. (<http://duas-ou-tres.blogspot.pt/2009/03/sotaque-portugues.html>)

português de Moçambique, o mar não se vê da mesma forma de toda a língua:

“Na língua do nosso lugar não há palavra exacta para dizer pescar. Diz-se ‘matar o peixe’. Não há palavra própria para dizer barco. E oceano se diz assim: ‘o lugar grande’. Somos gente da terra, o mar é recente.” (Mia Couto, *Mar me quer*)

3. O mito da existência da língua na diacronia

É pacificamente aceite dentro das ciências da linguagem (pelo menos desde a sua constituição com Saussure como ciência no início do século XX) que as línguas reais não existem na diacronia, mas apenas existem sincronicamente. Aliás, é dessa língua real, sincrónica, do português de *hoje* que estamos aqui a falar. No entanto, frequentemente se usa, para referir a língua portuguesa, a compreensível metonímia “a língua de Camões”. Algumas vezes, também, “a língua de Pessoa”, mas não se costuma ouvir (pelo menos utilizadas pelos mesmos) as metonímias “a língua de Craveirinha”, “a língua de Luandino”, “a língua de Drummond de Andrade”. E não vale a batota de defender que todas estas metonímias significam o mesmo, porque não significam nem referem. Cognitivamente, usamos uma metonímia quando queremos destacar uma parte de um mesmo domínio cognitivo, habitualmente dito “uma parte pelo todo”. Só que não é indiferente a parte que se destaca. Quando se identifica o português com “a língua de Camões” está a referir-se (muitas vezes a identificar-se com) um português mítico, um português que já não existe, um português que não é uma língua de a casa do mundo de hoje. “A língua de Camões” é, frequentemente, uma abstracção que satisfaz quem tem da língua portuguesa uma visão nacionalista, clássica e literária. Considerar o português de hoje como “a língua de Camões” é como pensar que o inglês de hoje é “a língua de Shakespeare”.

O sucesso de expressões como esta deriva do facto de elas, sem explicitamente o reconhecerem, assentarem nos mitos já referidos da ligação entre (1) língua e cultura nacional de um povo, (2) língua e identidade literária: a “verdadeira língua” é a

(3) perfeita, “pura” (4) culta e elevada como a da (5) escrita dos poetas,

Vão desculpar-me chamar a atenção para o facto de que o lugar que o português ocupa hoje e pretende vir a ocupar entre as línguas do mundo não depende tanto do que foi no passado, mas daquilo que quem o fala hoje fizer pelo seu futuro.

Além de tudo isto, identificar uma língua com um escritor é sempre cultural, política e estrategicamente pouco recomendável. Satisfaz o mito de quem concetualiza o ideal das línguas como estando num passado dos grandes escritores nacionais, mas é pouco útil para perceber o papel das línguas no mundo de hoje. Ao português de hoje é muito importante ter sido a língua de Camões, de Camilo ou de Pessoa, mas também a de Craveirinha, de Drummond, de Ondjaki e não de menor importância de precisar de ser uma das línguas mais usadas no Facebook, no Google ou no Youtube.

4. Mitos a desfazer sobre o Português língua internacional e o português internacional

Nos debates e escritos sobre a temática do português no mundo de hoje, a sua dimensão como língua internacional é um dado aceite e usualmente inquestionável. Claro que o português é uma língua internacional no sentido de que é falada em mais do que um país. Embora não havendo tempo aqui para aferir o que se deve entender por “língua internacional” (Smith 1983; Mulinacci 2016) facilmente se compreende a enorme abrangência do conceito se repararmos que também línguas como o neerlandês, o suaíli ou o guarani são línguas internacionais. Dizer, portanto, que uma língua é língua internacional pouco diz sobre o estatuto e a realidade da língua. No entanto, quando se atribui ao português um lugar entre as línguas internacionais está a pensar-se sobretudo no grupo do espanhol, do francês e do inglês e não tanto no grupo do neerlandês, suaíli ou guarani. Porquê? Por causa do número de falantes? Não é apenas o número de falantes o critério fundamental para a dimensão internacional de uma língua, como facilmente se compreende. Uma verdadeira língua internacional não pode ser apenas

polinacional, multinacional, no sentido de ser usada entre países em que funciona como língua materna, mas o seu estatuto de instrumento de comunicação internacional vai depender muito do facto de ela ser utilizada como língua comum entre falantes que não a têm como língua materna.

Um destes falantes do português (dos que não o têm como língua materna), o italiano Roberto Mulinacci, aborda esta questão do português internacional num escrito provocador numa obra sobre o português no mundo: *Não falem português, falem brasileiros. Algumas notas sobre a noção de português como “língua internacional”*. Para Mulinacci, o português, como língua internacional, necessita de uma variante que não tenha que ser a portuguesa ou a brasileira, as duas que neste momento costumam ser apresentadas para escolha para os aprendentes estrangeiros. Esse “português internacional” é atrativo para

um número significativo deste conjunto [de estrangeiros que querem aprender português] pouco ou nada interessado em se integrar numa das duas culturas-alvo da Lusosfera e desejoso somente de adquirir um domínio do português que lhe permita viajar pelos estados da CPLP, fazer ali negócios, comunicar com as populações residentes ou simplesmente entrar em contato com outros utentes internacionais desta língua. Em suma, lusofalantes substancialmente indiferentes, por exemplo, às questões do neocolonialismo linguístico levantadas pela noção de Lusofonia ou que não estão devidamente inteirados dos aspetos interculturais que afetam a aprendizagem da língua nem dos problemas de compreensão ligados aos principais eixos de variação dela, mas que, no português, procuram em particular um instrumento funcional às suas prioritárias exigências comunicativas [...].

E por que razão, para este fim, eles deveriam sentir-se “forçados” a escolher entre as duas normas, a lusitana e a brasileira, preocupando-se até em mudar o léxico, a sintaxe, a semântica e a pragmática conforme a norma do seu interlocutor ou destinatário [...]? (Mulinacci, 2016:121).

Na mesma obra, Diana Santos, ligada às tecnologias da língua e depois de reconhecer que o português não é uma língua

internacional no verdadeiro sentido como o inglês ou mesmo o francês e o espanhol, defende

uma ideia simples: não desprezando de forma alguma o estudo empírico de todas as formas de falar e escrever em português, e não desbaratando ou minimizando as diferenças, ou características especiais, de nenhum (grupo de) falante(s), parece-me que deveríamos trabalhar para a construção de um português internacional, em que sejam aceites e apreciados todos os sons e formas dos “portugueses” no mundo. Deveríamos trabalhar para que seja possível compreender um benguelense, um baiano e um alentejano, aceitando as suas especificidades, estudando e respeitando formas diferentes de português, em vez de lutar por uma variante vetusta que só existe na nossa imaginação, numa lingualândia artificial e deslavada. (Santos 2016:52)

Aliás, o coordenador da obra termina a introdução precisamente com a constatação de que a necessidade de um português global implicará pôr de lado o mito de “a língua é minha” e aceitar que uma língua verdadeiramente internacional é recetora de aportações que podem e devem chegar de todos os sítios onde é falada. Quem se costuma ver como dono da língua tem de aceitar que

uma língua global não é apenas a “sua” língua nem a língua do “seu país” [...]. o português é a língua de todos os que a usam. E se nesses usos nem todos utilizarem exatamente os mesmos sons ou as mesmas palavras e se de cada canto do globo, do Brasil à Europa, da África a Timor forem chegando tons e matizes diferentes ao desejado português internacional, isso não significa perda, mas ganho: ganharemos uma verdadeira língua falada por centenas de milhões e que há 500 anos era apenas usada por um único milhão num pequeno pedaço de terra junto ao Atlântico. (Teixeira 2016: 13).

Para ser verdadeira língua internacional, o português não pode querer à força conservar a “pureza” nem da norma europeia nem da norma brasileira, se é que há apenas realmente uma norma em cada um destes espaços. Isso não que dizer que não possa haver uma norma portuguesa, uma norma brasileira, uma norma

angolana, moçambicana e de qualquer centro político onde o português seja língua oficial. O que se tem de admitir é que, para quem quiser usar o português, sobretudo para quem não o adquiriu como língua materna, é aceitável uma língua de interferências.

Embora talvez não para breve, não devemos ter medo (antes pelo contrário) que aconteça ao português o que acontece com o inglês transformado em *globish*, verdadeira e única língua internacional na atualidade. Quem quer mesmo que exista um português internacional não pode querer que ele coincida em absoluto com a sua norma, com a “sua” língua eternamente pura, mas (para continuar a usar a metáfora da pureza) vai ter que aceitar que, nesse contexto, a língua portuguesa possa deitar fora o cinto de castidade.

Não é por acaso que em português (como noutras línguas) a palavra *língua* é feminina e metaforizada frequentemente como mulher (*língua-mãe*). Em parte, tal decorre dos conceitos mais ancestrais e machistas (há que reconhecê-lo) de encarar a língua e a mulher: a língua é um instrumento, deve ser “pura”, não deve ser “corrompida”. Coincidências (?) muito marcantes nas visões mais tradicionalistas e puristas sobre as mulheres e as línguas.

Mas se a língua é um organismo vivo, então a língua tem vida própria, muda, transforma-se, altera-se e não se podem ver as alterações como “corrupções” ou “violações”, termos tantas vezes usados para as mudanças que acontecem nas línguas. Seja qual for a inovação, ela nunca irá *destruir* a língua, por mais que num dado estado sincrónico algumas inovações nos façam arrepiar os cabelos. Esse arrepiar é compreensível se quando vejo a “minha” língua (a minha “norma”) ser alterada chamo a isso “violação da língua”, quando deveria apenas dizer “variação na norma”.

São positivas todas as mudanças, inovações, alterações e variações? Claro que não! Mas também é impossível impedi-las todas.

É fácil a moça-língua ser “pura” e não se alterar entre uma elite reduzida; mas a língua real não é só de uma reduzida elite. Na língua real, é difícil não aparecerem variantes e alterações quando a língua salta para o mundo global e começa a dançar entre milhões de falantes em espaços muito diferentes geográfica e culturalmente. Quando a moça-língua sai de casa, há coisas que forçosamente mais tarde ou mais cedo vão acontecer: Como se

diz no maior espaço para onde a língua portuguesa foi (Figura 1) “Ser moça é fácil, difícil é ser virgem...”. Dá arrepios ver escrito SER MOÇA É FACIO DEFICIO É SER VIGE?



Figura 1

Mas aqui as alterações (tirando as simplificações gráficas) até nem são muito grandes. Muito maiores e de muitíssimas mais consequências para o afastamento linguístico são as alterações morfosintáticas que, no mesmo espaço, o Brasil, ocorrem com o verbo, reduzido a duas formas.

<i>Eu</i>	<i>falo</i>
<i>Tu/Você/Ele/Nós/A gente/Vocês/Eles</i>	<i>fala</i>

Penso que todos concordam que um futuro relevante para o português entre as línguas do mundo passará necessariamente por um não ensimesmamento de cada espaço em que a língua é falada, mas antes por uma cooperação que permita evidenciar como a língua que foi de Camões é na contemporaneidade uma língua de variados espaços, povos e culturas. A sua fragmentação excessiva em falares localizados e independentes a ninguém que a usa aproveitaria. Ora a maior ameaça de fragmentação ocorre precisamente no contexto da imagem apresentada, na dualidade entre o português padrão do Brasil (vamos supor que há apenas um) e o português “popular” das

franjas menos escolarizadas do mesmo Brasil. O futuro e o sucesso do português como língua multinacional e internacional passa fundamentalmente por, no imenso Brasil, a generalização da norma culta do PB (Português Brasileiro) (imposição, é a palavra mais forte, mas também a mais adequada). E isto não é um dado adquirido. Ao lado de vozes que pugnam pela norma culta do PB, outras se levantam para defender que a “futura língua” do Brasil deve ser a língua do povo não seguidor da norma das classes mais favorecidas, variedade popular essa onde é muito mais difícil ver a ligação com o PE (Português Europeu) e o português dos outros países que o têm como língua oficial. Tantos autoproclamados defensores da língua portuguesa andam preocupados (ainda) com questões menores como as reformas ortográficas, quando a verdadeira preocupação não deve ser a ortografia, mas o perigo atualmente existente de uma opção que acabaria por criar uma nova língua resultante da fala popular do Brasil, um verdadeiro Brasileiro, concorrente com o Português Brasileiro, entendido este como a variante culta brasileira do português.

5. O Português na Casa do Mundo: o hoje e o futuro

Penso que temáticas como as que presidem a este volume e que pretendem refletir sobre o *hoje* da língua portuguesa o fazem para melhor prepararem o *amanhã* que querem que ela venha a ter.

Foi nesse sentido que foram apresentadas as considerações até aqui expostas.

Podem ser vistas como pouco “patrióticas” por mostrarem alguma discordância com determinados lugares comuns baseados em mitos sobre as línguas, umas vezes explicitamente assumidos, mas sobretudo implicitamente admitidos, e que acabam por cair em supostos direitos especiais que, por vezes, se pensa que Portugal tem sobre a língua portuguesa.

Ora se queremos uma língua portuguesa global, até por definição, não pode ser uma língua “só para nós”.

Uma língua global não pode estar colada a uma pátria. Tem que aceitar que é uma língua policêntrica. Tem que aceitar (ao contrário do que tantas vezes se diz) que uma língua não

implica uma cultura, mas pode ser língua de múltiplas culturas e que por ser policêntrica, o sítio onde nasceu não tem mais soberania sobre ela do que os outros centros onde é falada. Tem de saber que por estar dispersa geográfica e culturalmente não pode conservar a “eterna pureza” que alguns nostálgicos idealizam, mas que está sujeita a tensões diárias de mudança e até de fragmentação e caso quem a fale considere que há vantagens em continuar influente como língua global, tem que dedicar todos os cuidados possíveis para evitar essa fragmentação. E entre esses cuidados, estão uma escrita simbolicamente unificada o mais possível e a divulgação e imposição (sim, é imposição) de normas próximas das atuais normas cultas através da escola e dos média.

E talvez não seja necessário forçar a criação de um artificial e desagradável *pidgin* do português, mas apenas aceitar que no tão querido português internacional é lícito admitir o uso dos cruzamentos que já se podem notar, mesmo dentro de uma variante tradicionalmente conservadora como a portuguesa. É que ao contrário do que por vezes se diz, não há evidências de que o PE e o PB se tenham vindo a afastar muito nos últimos tempos. Se isso foi um pouco verdade no passado mais longínquo, atualmente, o cada vez maior cruzamento comunicativo entre as variedades do português permitido pelas tecnologias potencia, ou pode potenciar, um travão no afastamento e até um contributo para algumas interinfluências.

Alguns sinais são visíveis, já hoje. O processo já começou há anos, com as novelas (e a música) brasileiras que trouxeram modismos que deixaram marcas: basta reparar em expressões como *xau* para a despedida, *grana*=dinheiro, o uso-bengala, na linguagem juvenil, da palavra *tipo*, comum a Portugal e Brasil, o *bué* já dicionarizado (origem africana), o crescente emprego de *a gente*=nós, o *parabenizar*, entre outros exemplos.

A mistura e as interinfluências entre as variedades do português são hoje também verificáveis e potenciadas pelas redes sociais e por outros espaços de partilha e comentário, por exemplo nas caixas de comentários da imprensa em linha (*online*) à mesma notícia em português (comentários feitos por portugueses, brasileiros, africanos ou de qualquer outra parte do mundo).

Ainda há poucos dias (4 de janeiro 2018) uma brasileira a viver em Portugal reconhecia o fenómeno da cada vez maior

intercomunicação e troca linguística: “Além do repertório gastronómico, décadas de telenovelas e de movimentos migratórios deram aos portugueses uma compreensão imbatível dos hábitos, dos costumes e até das gírias brasileiras menos óbvias.”⁷

Claro que sempre haverá quem diga preferir a conservação e a “pureza” de uma língua que sempre imaginará imutável e “sua” — e não “abrasileirada” ou “africanizada”, como pejorativamente dizem. O “orgulhosamente sós” ainda tem discípulos. A mim, não me custa aceitar um português que, na casa do mundo, hoje e amanhã, compreenda a convivência de um português aportuguesado com os outros “portugueses”, abrasileirados, africanizados, inglesados; em suma, um português mundializado. E então, talvez quando for pacificamente aceite que o português internacional não é apenas uma escolha a ser feita entre a língua e as normas de Portugal ou Brasil mas sim uma plataforma comunicativa que pode receber contributos de qualquer uma delas e de todas e todos que a usam, quando isto for trivial, talvez possamos falar de um verdadeiro português internacional. E mesmo que esta novilíngua globalizada não tenha a pureza e a perfeição que achamos que a nossa variante tem, ela servirá para tudo o que os seus falantes quiserem, como todas as línguas o fazem. Também dela se poderão ouvir os poemas de Pessoa, de Drummond ou de Craveirinha; também dela se poderão ver e ouvir todas as ondas do oceano da cultura e da ciência feitas em língua portuguesa, porque de todas as línguas se pode ver e ouvir o mar.

7 Giuliana Miranda, <https://www.dn.pt/opiniao/opiniao-dn/convidados/interior/as-dores-e-as-delicias-de-ser-brasileiro-em-portugal-9023032.html> consultado em 15 de janeiro de 2018.

Referências

- ALMEIDA, Onésimo (1987). "Sobre o sentido de a minha pátria é a língua portuguesa [Pessoa-B. Soares]", *Colóquio/Letras*, nº 97, 1987, pp.37-47
- ALMEIDA, Onésimo (2005). "Língua e Mundividência - uma revisitação da hipótese de Sapir-Whorf", in Gonçalves, Miguel *et al.*, *Gramática e Humanismo - Actas do Colóquio de homenagem a Amadeu Torres*, Publicações da Fac. Filosofia da Universidade Católica Portuguesa, Braga
- ALMEIDA, Onésimo (2016). "Algumas reflexões sobre lusofonia – o que ela não pode, nem deve ser" in Teixeira, José (2016), *O português como língua num mundo global - Problemas e potencialidades*. Centro de Estudos Lusíadas da Universidade do Minho, Braga, pp. 129-139.
- ALMEIDA, Onésimo (2017). *A Obsessão da Portugalidade*. Identidade, Língua, Saudade & Valores, Quetzal, Lisboa.
- COELHO, Jacinto do Prado (Ed.) (1982). *Livro do Desassossego, por Bernardo Soares*, Lisboa, Ática, 1982.
- COUTO, Mia (1998). *Mar me quer*, Caminho.
- MULINACCI, Roberto (2016). "Não falem português, falem inglês. Algumas notas sobre a noção de português como "língua internacional", in Teixeira, José (2016), *O português como língua num mundo global - Problemas e potencialidades*. Centro de Estudos Lusíadas da Universidade do Minho, Braga, pp. 103-128.
- SANTOS, Diana (2016). "Português internacional: alguns argumentos" in Teixeira, José (2016), *O português como língua num mundo global - Problemas e potencialidades*. Centro de Estudos Lusíadas da Universidade do Minho, Braga, pp. 49-66.
- SARAIVA, Arnaldo (2010). "Minha Pátria é a língua portuguesa", *Acta Semiótica et Lingvística*, VOL. 15 – ANO 34 – Nº 1 – 2010
- SMITH, L. E. (1983). *Readings in English as an International Language*, Pergamon Press.
- TEIXEIRA, José (Org.) (2016). *O português como língua num mundo global - Problemas e potencialidades*. Centro de Estudos Lusíadas da Universidade do Minho, Braga
- FERREIRA, Vergílio (1999). "A Voz do Mar", in *Espaço do Invisível 5*, Lisboa, Bertrand.

Antes de mais nada, devo aqui deixar expresso que este volume constitui um documento-monumento, que me parece também poder valer como símbolo, no dia do seu encerramento oficial (25 de maio de 2018), das comemorações dos 25 anos do Curso Anual de Português Língua Estrangeira (PLE) do BabeliUM – Centro de Línguas do Instituto de Letras e Ciências Humanas (ILCH), ficando para a história desta subunidade de extensão do ILCH, a unidade orgânica de ensino e de investigação da Universidade do Minho que o alberga e, diria mesmo, de que faz parte integrante ou constituinte. Henrique Barroso, *D(N)este livro*

Antes de sair da geografia que lhe deu nascimento ou, se se quiser (invertendo a orientação do foco), de iniciar a aventura por outras paragens, o português, como todas as línguas (neste ponto, não se distingue absolutamente de nenhuma outra), tinha, por natureza, as próprias *porta, janela e varanda*, ou seja: a primeira para poder aceder ao mundo, a segunda para o poder ver/conhecer/perceber e, por fim, a terceira para o poder contemplar/apreciar (esteticamente). Isto, por si, é absolutamente singular – de um valor incomensurável, portanto. Porém, multipliquemo-lo, no mínimo e também naturalmente, por oito (todos os espaços onde é língua materna, língua segunda e/ou língua nacional), e aí são oito vezes mais portas, oito vezes mais janelas e oito vezes mais varandas.

Dito isto, e antes de avançar, não devemos esquecer (pelo contrário: ter bem presente) os outros espaços onde é língua de herança e/ou língua de afetos e, ainda (é evidente), aqueles outros onde é ensinada/aprendida como língua estrangeira. Por conseguinte – é o corolário –, estamos na presença de uma língua pluricontinental, pluricultural e, consequentemente, pluricêntrica. Henrique Barroso, *Introdução* (Parte I)

ISBN 978-989-755-348-6



FUNDAÇÃO
ORIENTE

